

KENNETH MAXWELL *

AS COLÓNIAS PORTUGUESAS E A SUA DESCOLONIZAÇÃO

Até ao momento presente, quase toda a literatura sobre a descolonização portuguesa, escrita por estrangeiros, tem-se dividido em duas categorias. Ou tem sido fundamentalmente «africanista» nos seus parâmetros ou privilegia sobremaneira as grandes estratégias — as questões Este-Oeste e o intervencionismo estrangeiro. Deste modo, enquanto que um grupo de estudiosos tende a interpretar todos os resultados à luz de causas puramente africanas ou regionais, outro tende a concentrar-se, quase exclusivamente, sobre as acções das super-potências e seus aliados. Na medida em que ambas as perspectivas representam, frequentemente, posições políticas ou ideológicas, é raro que um dos lados dê atenção ao outro e menos ainda se aceita a verdade contida em cada uma dessas leituras ⁽¹⁾. De facto, do meu ponto

* Universidade de Columbia (Nova Iorque).

⁽¹⁾ A questão da dimensão luso-africana da descolonização faz parte deste problema. Os estudiosos da África mais próximos dos movimentos de libertação encontram dificuldades em interrelacionar objectivamente os acontecimentos em Portugal com os de África, enquanto que os analistas portugueses, não raramente, se deixam aprisionar por conceitos como o de «luso-tropicalismo». Foi na verdade o desejo de desmontar a ideia de «luso-tropicalismo» que esteve na origem da melhor investigação americana sobre a acção dos portugueses na África Austral. São exemplos os trabalhos de Gerald Bender (1978) ou de Allen F. Isaacman (1980). Uma análise extremamente sofisticada da interacção entre a administração (ou não-administração) portuguesa e a sociedade africana pode encontrar-se no trabalho de Leroy Vail e Landeg White (1980). António de Figueiredo (1984), contudo, mostrou como a política de Salazar, aliás como o desenvolvimento da ideia de «luso-tropicalismo» por Gilberto Freyre (1940), devem ser vistos à luz dos seus contextos nacionais e temporais. Os intervenientes clássicos neste debate são, obviamente, Charles

de vista, e no caso dos territórios portugueses, a questão das diversas interrelações é decisiva para a compreensão da dinâmica da descolonização — em especial ao longo do período crítico de Abril de 1974 aos princípios de 1976. Assim sendo, proponho-me, nesta breve análise, dar atenção quase exclusiva àquelas interrelações, às suas origens e à forma como terão influenciado o processo de descolonização em si.

1. O CONTEXTO REGIONAL DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS NO SUL DA ÁFRICA

Primeiro, é importante fazer destacar o contexto regional das colónias portuguesas na África Austral, dadas as múltiplas vinculações de Moçambique e Angola aos diversos aspectos da situação explosiva vivida naquela área. Na própria África do Sul ninguém duvidava que as colónias portuguesas representavam um obstáculo ao funcionamento da regra da maioria. Em 1974, Angola tinha a maior população branca do continente, exceptuada a África do Sul, e a efectiva aliança entre a África do Sul, a Rodésia e Portugal contra a insurreição na África Austral apenas confirmava o óbvio. Angola confinava com a Namíbia onde a África do Sul enfrentava crescente pressão diplomática e militar. Porém, o fardo que os portugueses carregaram por causa da África do Sul foi verdadeiramente considerável: um exército de duzentos mil homens na África em 1974, gastos de defesa de quatrocentos e vinte e cinco milhões de dólares no início da década de setenta, enquanto que a África do Sul, com um produto nacional bruto três vezes superior ao de Portugal, gastou mais ou menos a mesma quantia (US\$ 448 milhões). Portanto, não é surpreendente observar que ao fim de um ano da retirada portuguesa, o orçamento militar na África do Sul tivesse triplicado⁽²⁾. Mas Angola estava igualmente ligada aos seus vizinhos africanos do norte e do oeste da mesma maneira que o estava ao território governado pelos brancos do sul. Sectores básicos da rede de transportes de Angola eram elos indispensáveis na infraestrutura de todo o sul da África Central. O Zaire e a Zâmbia dependiam dos portos e das linhas

C. Boxer (1963), num dos extremos, e G. Freyre, no outro. A vivacidade do debate actual acerca da força relativa dos factores internos, por oposição aos factores externos, testemunham-na Kenneth Adelman e Gerald Bender (1978).

⁽²⁾ United States Arms Control and Disarmament Agency (1978), International Institute for Strategic Studies (1975).

ferroviárias de Angola para importações e exportações essenciais. O caminho de ferro de Benguela, com 896 milhas de extensão, liga o centro do continente em mineral — Shaba (anteriormente Katanga) no Zaire e a cintura de cobre da Zâmbia setentrional — a Lobito, o porto atlântico de Angola. No início dos anos setenta o cobre e o cobalto, este como produto secundário, respondiam por 94 a 96 por cento das exportações do Zaire. Em 1973, passaram por Lobito, vindas do Zaire, 320 000 toneladas de minério de manganês e 200 000 toneladas de cobre. Todas as alternativas à rota de Benguela envolviam enormes dificuldades físicas e políticas. Tanto o Zaire como a Zâmbia encontravam-se profundamente envolvidos na política angolana por razões bastante óbvias. O Presidente Mobutu, do Zaire, foi o principal partidário da FNLA de Holden Roberto; e este, para consolidar as suas relações com o Zaire casar-se-ia com a cunhada de Mobutu. O Presidente Kaunda, da Zâmbia, tinha apoiado o MPLA autorizando-o a usar a Zâmbia como base para actividades guerrilheiras no leste de Angola depois de 1966. Kaunda também apoiou Jonas Savimbi, em 1966, até que alguns dos grupos guerrilheiros da UNITA atacaram o caminho de ferro de Benguela, tendo Savimbi sido expulso sumariamente da Zâmbia. Moçambique era, naturalmente, muito mais dependente na sua vinculação sul-africana do que Angola. O historiador inglês Malyn Newitt de facto, considerou ter sido Moçambique meridional, sob o governo colonial, «uma das primeiras áreas vizinhas a transformar-se num *Bantustan*». Além disso, os últimos anos da luta anti-colonial, foram marcados pela inevitável influência do problema resultante do conflito paralelo na Rodésia. A FRELIMO gozava também de asilo político e de apoio da Tanzânia — país vizinho, a Norte, de Moçambique.

Em resumo, as complexas interrelações vigentes na região e o perigo de conflitos crescentes eram intrínsecos à situação geográfica do império africano de Portugal. O processo de descolonização teria que ser inevitavelmente um assunto extremamente complexo e perigoso com tonalidades raciais, económicas e ideológicas que se estenderiam muito para além das fronteiras dos territórios da África portuguesa.

2. AS INTERRELAÇÕES: FORMAIS E INFORMAIS

O segundo elemento importante das interrelações que estamos a analisar é a natureza particular da relação dos Estados Unidos com Portugal e, por extensão, com a África portuguesa. Esta teve dois aspectos diferentes. Primeiro, a relação que exis-

tia em consequência da participação de ambas as nações na NATO. Segundo, a vinculação resultante dos acordos bi-laterais que regulavam a utilização pelos Estados Unidos da base aérea dos Açores. Portugal era membro da NATO desde 1949, embora Salazar tivesse declarado explicitamente que a participação de Portugal não implicava a aceitação dos princípios liberais e democráticos estabelecidos pelo código daquela organização. Do Comando do Quartel General Ibero-Atlântico da NATO (IBERLANT) com a sua sede praticamente junto à principal estrada que liga Lisboa a Cascais, pode vigiar-se a entrada estreita do estuário do Tejo. É no contexto da NATO que a famosa revisão da política das relações norte-americanas com a África Meridional, encetada no início do governo Nixon, tem que ser entendida. No Verão de 1969, um grupo interdepartamental formado para estudar as opções políticas dos Estados Unidos na região, informou o Conselho de Segurança Nacional que «as perspectivas da rebelião (na África portuguesa) permaneciam num impasse: os rebeldes não podiam expulsar os portugueses, e os portugueses podiam contê-los mas não eliminá-los» (United States National Security Council, 1969: 56).

Nixon, logo após ter assumido a presidência, tinha prometido a Franco Nogueira, ministro português dos Negócios Estrangeiros, corrigir todos os erros passados cometidos pelos Estados Unidos nas suas relações com Portugal (Nogueira, 1979: 11-251). E cumpriu a promessa. Em 1970, os Estados Unidos começaram a aproximar-se da África do Sul e de Portugal.

A ironia foi terem a NATO e os Estados Unidos começado a ver na noção de um «Portugal pluricontinental», ou seja, um país intercontinental com províncias europeias e africanas (a doutrina central ideológica — ou mística — da política africana de Salazar), uma ficção muito conveniente no preciso momento em que todo o edifício estava prestes a desmoronar. Ainda que o código da NATO excluísse a aplicabilidade de tal noção ao Atlântico Sul, os círculos da marinha americana e europeia, em resposta ao crescente poder naval soviético, vinham criticando uma tal cláusula há vários anos. Depois de 1970, de facto, a marinha norte-americana começou a usar cada vez mais os portos de Moçambique e de Angola e estava especialmente interessada no porto de Nacala, em Moçambique, que, com as instalações técnicas adequadas, poderia abrigar a totalidade da Sétima Esquadra norte-americana. Em meados de 1973, o Comando Aliado Supremo do Atlântico, em Norfolk, na Virgínia, seguindo instruções do Comité de Planeamento de Defesa da NATO (um comité formado pelos ministros de defesa da Organização), começou a fazer o planeamento de eventuais operações aéreas e

navais de defesa da África Meridional, tendo levado a cabo estudos sobre o estado dos sistemas de comunicações, dos aeroportos e portos das ilhas do Atlântico bem como das colónias africanas de Portugal (United States Congress, 1974: 153-4). O Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, em visita a Lisboa em Dezembro de 1973, apenas quatro meses antes do golpe de estado que derrubou o regime de Caetano, prometeu sofisticados mísseis terra-ar e outro equipamento para uso de Portugal em África, compromisso este que contrastava com a política norte-americana anterior.

3. OS AÇORES: A ISCA E A ARMADILHA

As relações entre os Estados Unidos e Portugal foram marcadas, desde o final da Segunda Guerra Mundial, por um tom muito especial em virtude da base aérea dos Açores. Vale a pena dedicarmos alguns momentos à sua história e ao seu impacto, especialmente a sua longa duração, sobre o Império Africano de Portugal.

Na verdade, entre 1940 e 1970, registou-se uma sucessão de momentos decisivos e de efeitos diversos na relação triangular entre os Estados Unidos, Portugal e a África portuguesa. Apresentaram-se repetidamente condições alternativas à situação das diferentes partes envolvidas — Portugal, Estados Unidos, Europa em geral, África do Sul — que poderiam ter contribuído para que se verificasse alguma alteração na posição intransigente de Portugal em África. Porém, em cada oportunidade em que uma «abertura para mudança» ocorria, Portugal, em vez de transigir face ao inevitável como outras nações mais poderosas da Europa foram forçadas a fazer no período de pós-guerra, manteve uma posição cada vez mais obstinada. Em cada ocasião, os Açores foram um ingrediente vital desta equação.

Em 1944 e 1947, em Portugal, por exemplo, havia esperança entre aqueles que se opunham à ditadura de Salazar que um processo de democratização sucederia ao final da guerra e à vitória dos Aliados. O governo de Roosevelt, em meados dos anos quarenta, advogava uma forte posição anticolonialista. A complicação para os Estados Unidos e seus aliados nos anos quarenta e a oportunidade para Salazar era o Acordo sobre os Açores. Salazar manipulou brilhantemente as forças em jogo naquela situação. Durante a guerra, os ingleses, a fim de combaterem as actividades navais dos alemães no Atlântico, estiveram preparados para tomar os Açores caso Salazar tivesse persistido em negar-lhes as bases nas ilhas — uma opção também

debatida confidencialmente pelos planificadores políticos norte-americanos. De facto, esta questão chegou a ser objecto de um ultimato lançado a Salazar pelos ingleses. Contudo, no decurso das negociações que conduziram ao Acordo dos Açores, os Estados Unidos viriam a fazer uma concessão decisiva que os comprometeria a respeitar a integridade dos territórios portugueses. O compromisso fora conseguido por Salazar com a intenção de recuperar Timor da ocupação japonesa. Mas, aos olhos norte-americanos e ingleses, tratava-se de uma troca pelo uso dos Açores, como George Kennan (1967), então encarregado de negócios norte-americano em Lisboa, declarou claramente.

Esta concessão foi a primeira quebra na posição anticolonial assumida até então pelos Estados Unidos e iria deteriorar a política norte-americana com relação a Portugal e à África portuguesa dali para diante.

Uma vez que a integridade territorial do Império Português tinha sido garantida, por compensação ao acesso às bases nos Açores, o momento exacto em que a conjunção de circunstâncias favoráveis existira, interna e externamente, tinha passado. Nos finais dos anos quarenta, a guerra fria começou e, ao longo dos doze anos seguintes, durante os quais Portugal ingressou na NATO e nas Nações Unidas ganhando «respeitabilidade» no seio da comunidade ocidental, os portugueses tiraram pleno proveito dos receios do comunismo por parte dos Estados Unidos e da Europa Ocidental.

O segundo período, em que opções importantes para mudanças existiram, aconteceu entre 1958 e 1962. Internamente, a campanha eleitoral do General Humberto Delgado em 1958 tinha produzido um movimento popular em grande escala e o regime estava abalado por um agudo descontentamento no interior da classe militar. Existiam também condições externas favoráveis entre 1958 e 1961: era o grande período da independência africana, com as antigas colónias francesas e inglesas movendo-se maciçamente em direcção à criação de novas nações.

O governo Kennedy, que tomou posse em 1960, adoptou uma política activista na África, chegando ao ponto de ajudar Holden Roberto e Eduardo Mondlane, e manteve ligações através da C.I.A., com generais dissidentes em Portugal. Mas, de novo, em 1962/1963, o momento de uma nova possibilidade de mudança aconteceu e passou. Salazar anulou a conspiração militar contra si, cujo principal motivo tinha sido a reacção militar face à sua posição intransigente na África. As várias pressões da oposição em Portugal vacilaram e Salazar jogou de novo a carta dos Açores. Em 1962, o ataque aos quartéis do Exército em Beja por um grupo de dissidentes civis e militares em Por-

tugal foi claramente identificado, no pensar da C.I.A., como sendo influenciado por comunistas, uma preocupação que não tinha sido proeminente nas suas considerações até um ou dois anos antes.

A guerra civil no Congo, o episódio da Baía dos Porcos, e a crise cubana dos mísseis tinham entretanto feito endurecer as atitudes. Estava-se perante um outro período dramático de opções abertas — 1968 a 1971. Uma combinação de factores internos e externos surgiu de novo para permitir uma «saída para a acção». Internamente tratou-se da doença e morte de Salazar e da subida de Caetano ao poder, canalizando uma enorme esperança de mudança. Esperava-se que os novos dirigentes pudessem produzir algumas transformações políticas quer interna quer externamente. O próprio Caetano aspirava a uma certa liberalização da política colonial e tinha mesmo sido identificado pela C.I.A. como um líder potencial, se tivesse saído vitoriosa a conspiração de 1961 contra Salazar (Mahoney, 1982). Neste caso, porém, a ironia da situação residiu nos factores externos, que se modificaram. Em Washington, o governo de Nixon chegava à conclusão, no preciso momento em que alguma pressão sobre Portugal poderia ter produzido efeitos, que «os portugueses estão em África para ficar», como o afirma o memorando da segurança nacional americana.

Este período termina com o assassinato de Amílcar Cabral, em 1973, gorando-se assim qualquer possibilidade de acordo negociado com o PAIGC. Os «liberais» em Portugal já se tinham demitido da Assembleia Nacional, esgotando-se as possibilidades de uma reforma liberal bem como de uma descolonização sistemática em África.

O ano de 1973 revelou também a Portugal a outra faceta do acordo dos Açores. Com o desencadear da guerra no Médio Oriente e em face da *démarche* directa de Kissinger, o governo português autorizou o uso da base aérea por aviões americanos destinados a Israel. O país ficou então particularmente sujeito a sanções futuras. O bloqueio petrolífero imposto pelos países árabes manter-se-ia em vigor mesmo depois de ter sido levantado a outros países ocidentais. As consequências económicas do Yom Kippur, gravosas como foram para todas as economias do Ocidente, mostrar-se-iam particularmente decisivas para a agonia do regime de Caetano.

4. A IMPORTÂNCIA DO MOMENTO

O longo atraso de Portugal em seguir os seus vizinhos europeus de forma a obter algum acordo com o nacionalismo africano, teve uma outra consequência. Nos anos quarenta, a União Soviética não tinha a menor condição de envolvimento nos assuntos africanos; nos anos sessenta, os soviéticos eram já um elemento, porém ainda marginal; na década de setenta, a capacidade da União Soviética de influenciar os acontecimentos na África tornara-se substancial. A influência dos Estados Unidos também tinha aumentado. A chegada dos Estados Unidos e da União Soviética ao cenário africano significou, de facto, uma modificação mais ampla no poder internacional. A África já tinha passado a ser um foco de intensa rivalidade entre eles desde o início dos anos sessenta, no antigo Congo belga. Nos territórios portugueses, porém, durante a década de 1963 a 1973, nenhuma das duas grandes potências pressionou fortemente no sentido de maiores mudanças no *status quo*. A ajuda soviética aos movimentos de libertação nos territórios portugueses de África era muito menor do que os portugueses declaravam ou do que os movimentos de libertação procuravam; e o mesmo se pode dizer do apoio ocidental que os portugueses conseguiram obter da parte dos seus relutantes aliados da NATO. O General Spínola, no seu livro *Portugal e o Futuro* (Lisboa, 1974), concluiu que nem o Ocidente nem o Leste pareciam ter um real interesse em chegar a uma solução do conflito de uma forma ou de outra ⁽³⁾.

Contudo, deve fazer-se notar, que para os Estados Unidos a experiência do início dos anos sessenta iria ter marcadas influências nas reacções norte-americanas ao posterior processo de descolonização da África portuguesa. A escolha de Holden Roberto pelo governo de Kennedy, em 1960, para receber a encoberta ajuda norte-americana, era uma medida audaciosa colocando o apoio de Washington por detrás de uma insurreição armada contra o governo de um dos aliados da NATO. Ao tempo H. Roberto era apoiado pelos dois governos independentes africanos mais radicais — os de Kwame Nkrumah do Gana, e o de Sekou Touré, da Guiné. Apesar da tardia retirada do apoio de Washington e da decisão de Nixon e Kissinger, em 1970, de

(3) Entre 1966 e 1976 Portugal recebeu 280 milhões de dólares em transferências de armamento. A maior parte destes veio da França, 121 milhões, seguida da Alemanha Federal, 50 milhões, e dos Estados Unidos com apenas 30 milhões. Cf. United States Arms Control and Disarmament Agency (1978).

uma aproximação com Lisboa e com os regimes de minoria branca na África meridional, estas primeiras conexões foram mantidas. Quando, em 1974, a posição de Portugal na África se desintegrou, as alianças criadas nos primeiros anos de Kennedy foram ressuscitadas por Kissinger como se nada tivesse acontecido durante os últimos quinze anos.

5. AS INTERRELAÇÕES ENTRE A ESQUERDA

Se a natureza das relações estabelecidas desde os anos quarenta tinha sujeitado o Ocidente, os Estados Unidos mais especificamente, a um cenário particular de vinculações geoestratégicas e pessoais que lhe tornava difícil adaptar-se rapidamente ao novo contexto criado pelo 25 de Abril de 1974, o contrário era também verdade para os movimentos de libertação, sobretudo para aqueles fortemente marcados por uma formação ideológica marxista. Não julgo necessário deter-me sobre a natureza destas vinculações perante esta audiência especial. Devo, porém, chamar a atenção para um elemento cuja importância deriva da sua influência no contexto da descolonização: trata-se do facto de com os anos sessenta, se ter acumulado em África muita desilusão na sequência das descolonizações anteriores. A independência tinha conduzido, em variados casos, ao aparecimento de regimes mercenários dominados por grupos militares. Com o tempo e a experiência, o conteúdo ideológico da luta anti-colonial sofisticou-se e, para além do nacionalismo, incorporou uma crítica marxista mais explícita da dependência e dos seus mecanismos. Nas colónias portuguesas, em particular, esses pontos em discussão foram proponderantes no pensamento dos movimentos de libertação.

Os movimentos de libertação nas colónias portuguesas, portanto, diferiam em várias dimensões dos primeiros movimentos nacionalistas de outras antigas colónias europeias que conseguiram a independência nos finais dos anos cinquenta. Com a importante excepção da FNLA, a questão na África portuguesa para o P.A.I.G.C. na Guiné-Bissau, a FRELIMO em Moçambique e o MPLA em Angola — era tanto a do neo-colonialismo como a do nacionalismo. Este conceito de «neocolonialismo», além disso, e dada a própria fraqueza e dependência de Portugal, eram definidos em termos mais amplos do que o papel de Portugal na África. Esta intensificação da consciência ideológica talvez tenha sido inevitável por uma outra razão. Os pontos em debate na África portuguesa eram, afinal, reais e não teóricos e eram ainda fortalecidos diariamente numa luta

armada que o resto da África, com excepção da Argélia, não tinha vivido. Era também inevitável que os movimentos de libertação — o PAIGC, a FRELIMO, o MPLA, a FNLA e a UNITA — desenvolvessem contactos diplomáticos internacionais heterogéneos (Argélia, Cuba, União Soviética e Europa Oriental, China, Escandinávia, e grupos da Igreja Ocidental) chegando até, como vimos no início dos anos sessenta, aos Estados Unidos. Porém, por que estes movimentos fortemente influenciados pela análise marxista — PAIGC, FRELIMO e MPLA — viam a luta contra Portugal apenas como uma das dimensões do seu problema e por que faziam destacar o que eles acreditavam ser as realidades do poder económico, ao invés de seus invectivadores, inseriram na sua filosofia uma hostilidade latente para com o Ocidente. Era uma desconfiança apenas encorajada pela ajuda subreptícia que os poderes ocidentais davam a Portugal na África, ajuda que aumentou à medida que o final se aproximava.

As linhas de conflito e de aliança, tanto em Portugal como na África, eram na verdade mais claras do que pareciam à primeira vista. As repercussões das acções do Movimento das Forças Armadas (MFA) surgiam como que destinadas a serem preocupantes quando o Movimento derrubou a ditadura em Lisboa em consequência do esgotamento das guerras coloniais, da perspectiva crescente e realista de uma derrota militar na Guiné-Bissau e da pressão das dificuldades económicas internas. Portugal era um aliado da NATO, anacrónico e por vezes embaraçosamente teimoso, contudo um aliado que não tinha qualquer dúvida quanto ao lado onde se situar num mundo bipolarizado. Os Estados Unidos, dadas as íntimas relações com a ditadura, estavam perturbados com a mudança em Portugal, e especialmente desprevenidos face aos (por vezes) confusos tumultos e contratempos que surgiam como consequências imediatas do golpe. Para além disso, os Estados Unidos, ao contrário dos seus rivais geopolíticos, a União Soviética e Cuba, não tinham praticamente nenhuma relação com a antiga oposição clandestina em Portugal nem com os movimentos de libertação nacional nos territórios africanos.

6. O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO

Dediquei uma atenção considerável ao contexto internacional no qual ocorreu o golpe de estado português, em 1974, e ao pano de fundo no qual ele se expandiu, por ser essencial para a compreensão do caminho que a descolonização tomou,

especialmente na internacionalização do processo. Do meu ponto de vista, existe uma relação decisiva entre a descolonização na África e a revolução em Portugal, que é fundamental ser entendida para abranger todo o processo pelo qual as antigas colónias portuguesas se transformaram em estados independentes. Não preciso relatar aqui o conflito entre o MFA e Spínola já que é uma história bem conhecida de todos vós. O impacto desta luta interna no processo de descolonização, porém, foi decisivo. O surgimento das noções de «terceiro mundo» no pensamento de destacados membros do MFA e a crescente aliança *de facto* entre uma facção do MFA e do PCP, proporcionaram um efeito de alavanca vital aos movimentos marxistas na África. Estes perceberam rapidamente que estes factos concorriam para uma aceleração do processo de descolonização e, para a garantia de que, onde existiam grupos nacionalistas em competição, seriam aqueles que gozavam de antigas ligações com a velha oposição clandestina portuguesa, como o MPLA, que receberiam uma consideração especial.

A combinação de marxismo eclético e nacionalismo dentro da filosofia do MFA, fornecia a base para a convergência entre o PAIGC e a FRELIMO de um lado, e o MFA do outro. Esta aliança única, embora temporária, entre o corpo de oficiais colonialistas e os seus oponentes, foi possível pela escolha do momento e das circunstâncias especiais das lutas dos movimentos de libertação e pelo subdesenvolvimento de Portugal, de que os oficiais do MFA tanto se ressentiam.

Esta aliança estava predestinada a ser temporária pois que ao contrário do MFA os movimentos de libertação tinham objectivos claros. Os movimentos de libertação estavam comprometidos por necessidade a uma condição permanente — a independência nacional —, enquanto que o compromisso do MFA, por mais importante que fosse, permanecia um compromisso a um processo que acabaria no momento em que as colónias fossem libertadas. Contudo, por mais temporária que tenha sido esta aliança, o impulso que a convergência de pontos de vista entre antigos inimigos trouxe à política interna de Portugal, e ao calendário da descolonização da África portuguesa, provou ser irresistível. Levou a uma rápida conciliação na Guiné-Bissau e em Moçambique, e culminou no Acordo do Alvor, em 15 de Janeiro de 1975.

7. ANGOLA

Até Janeiro de 1975, a situação de transição rápida em África contribuiu para o dramático deslocamento para a esquerda verificado em Portugal, enquanto que, por outro lado, o triunfo do MFA sobre Spínola e a influência de então de elementos pró-comunistas dentro do próprio MFA serviu por seu turno para reforçar os objectivos dos movimentos marxistas africanos. Depois de Março de 1975, porém, estas circunstâncias foram dramaticamente invertidas. Angola tornou-se o obstáculo. Um dos traços predominantes da implementação do Acordo do Alvor que estabeleceu a data de 11 de Novembro e o quadro geral para a independência angolana, sendo algo sobre que todos os movimentos nacionalistas de Angola concordaram, foi a colaboração do MFA no controle da situação de segurança interna em Angola até que a transferência de poder fosse efectuada. Os problemas intrínsecos em Angola eram suficientemente difíceis de superar e são demasiadamente conhecidos para que os exponha aqui. Foi porém a inabilidade do MFA para honrar o seu lado do compromisso que contribuiu para a ruína do Acordo. Em Março de 1975, ficou claro que a velha coesão do MFA dera lugar a uma intensa batalha interna pelo poder, a juntar-se a uma esquerda dividida por confrontações abertas entre socialistas e comunistas. Entretanto, em Angola, tinha-se iniciado a guerra entre os movimentos nacionalistas. A coincidência da crise em Portugal com a crise em Angola é fundamental para compreender o fracasso de Angola em seguir o modelo da transferência relativamente suave de poder das outras colónias de Portugal (Timor, claro, é a excepção mas está para além desta nossa análise).

O processo de descolonização que, pela forma como interagiu com a situação interna de Portugal, tinha contribuído para a inclinação do país para a esquerda nos meses logo após o golpe — agora vacilou. O processo de descolonização ajudou a sedimentar a solidariedade interna do MFA e permitiu negociações bem definidas com os poderosos movimentos de libertação da Guiné-Bissau e Moçambique. Depois de Março de 1975, a descolonização tornou-se um factor altamente sensível e fonte de desentendimentos, na medida em que a situação em Angola se mostrou crescentemente incontrolável — as forças externas intervinham livremente e, do lado nacionalista, não existia qualquer interlocutor indiscutível. Depois de Março, tornara-se óbvio para todos que os portugueses não conseguiam conter a intervenção externa ou garantir a segurança interna, dois compromissos assumidos por Portugal no Alvor, esvaziando-se de

sentido todas as pretensões de participação no governo bipartido de transição. Assistia-se, em Angola, a uma guerra aberta, acompanhada de uma fuga maciça de brancos, enquanto que, em Portugal, as facções militares começavam também a entreolhar-se ameaçadoramente. Esvaneceu-se assim a iniciativa que tinha repousado, durante quase doze meses, nas mãos da revolução.

A situação em Angola, rapidamente deteriorada, tornou-se especialmente perigosa ao criar condições para a interferência de forças estranhas, o que não tinha acontecido, com igual intensidade, nem no caso da Guiné-Bissau nem no de Moçambique. Em Angola, três grupos nacionalistas, cada um com fortes raízes étnicas e a sua base regional própria (a FNLA no nordeste do país, o MPLA no centro-oeste, em Luanda, e a UNITA no planalto central); competiam entre si tanto quanto com os portugueses. Contudo, nenhum destes movimentos teve a capacidade de actuar com a eficiência do PAIGC ou da FRELIMO.

De facto, no verão de 1975, a situação em Angola complicou-se ao serem recriadas algumas das piores características das duas crises africanas (a do Congo e a da guerra da Argélia). Por um lado, o desenvolvimento de uma guerra entre forças nacionalistas, todas elas dependentes do exterior, gerando uma situação de total insegurança, causando a fuga da quase totalidade da população branca e o colapso de quase toda a infraestrutura económica angolana; por outro lado, o facto dessa luta se desenrolar num meio ambiente onde não existia qualquer impedimento efectivo à intervenção de forças externas.

8. A INTERVENÇÃO REGIONAL E DAS SUPER-POTÊNCIAS

A descolonização de Angola e o crescente caos no interior do país, era de especial interesse para o governo da África do Sul, mais até do que a retirada rápida dos portugueses de Moçambique. A África do Sul podia fazer muito pouco para influenciar os resultados na colónia portuguesa do leste africano, uma vez que ficou claro, em Setembro de 1974, que os militares portugueses na colónia não iriam tolerar qualquer interferência com a regular transferência de poder para a FRELIMO. Um Moçambique independente, porém, mesmo governado por um regime marxista, seria extremamente vulnerável à África do Sul e, economicamente dependente da boa vontade de Pretória, como realmente se tem provado desde então.

Em Angola, ao contrário, a África do Sul podia exercer pouquíssima pressão económica sobre qualquer governo nacio-

nalista em Luanda e, por causa da questão da Namíbia, apresentava-se vulnerável precisamente onde a sua posição era a mais fraca. Consequentemente, a tentação de interferir militarmente era grande e à primeira vista parecia ser sem riscos, dada a divisão entre os movimentos nacionalistas e as próprias vantagens logísticas da África do Sul. A reacção sul-africana ao desenrolar dos acontecimentos assentava mais sobre as suas possibilidades militares do que sobre a persuasão económica. A postura de defesa que os estrategas militares da África do Sul adoptaram, durante os anos setenta, fixara condições importantes para as opções sul-africanas em Angola. Estes estrategas militares tinham crescentemente evocado o precedente israelita da rápida ocupação por antecipação, uma doutrina que, no contexto sul-africano, se conhecia por «perseguição ardente». Tal doutrina seria usada para justificar as primeiras incursões armadas da África do Sul em Angola, no verão de 1975. A «defesa» da barragem do Cunene na fronteira com a Namíbia, foi usada para justificar a primeira instalação permanente de tropas regulares no interior de Angola, nos inícios de Agosto de 1975 (Jaster, 1980).

Tanto o Zaire como a Zâmbia surgiam também preocupados com a crescente deterioração da situação angolana. O corte do caminho de ferro de Benguela, no verão de 1975, na sequência de hostilidades contra Angola, não poderia ter ocorrido em pior momento para ambos os países. Ambos enfrentavam sérios problemas económicos e políticos, fundamentalmente, embora não exclusivamente, em resultado da queda sensível do preço do cobre. Em particular, foram as reacções do Zaire a toda a situação que favoreceram o envolvimento dos Estados Unidos na crise angolana, ainda que, no verão de 1974, o General Spínola tenha tentado actuar de acordo com Mobutu de modo a procurar excluir o MPLA de qualquer acordo sobre Angola.

O carácter sensível dos planos do Presidente Mobutu e a sua eficiência em traduzi-los na prática devem-se a causas diversas. Em primeiro lugar, durante os finais de 1974 e princípios de 1975, o Zaire enfrentou uma crise económica profunda que redundaria na preocupação da comunidade financeira internacional, pois que ninguém se mostrava disposto a reconhecer o precedente da possível falta de pagamento da dívida externa de um país (Belliveau, 1977; Yours, 1978). Em segundo lugar, o Presidente Mobutu possuía algumas linhas privadas e influentes de comunicação com Washington, de novo com origem na época do Presidente Kennedy e, ao accioná-las conseguiu frustrar e neutralizar avaliações realistas da situação, feitas por vários especialistas africanos com experiência no

Serviço de Inteligência e no Departamento de Estado norte-americanos (Legum, 1974-75; 1975-76). Em terceiro lugar, no final do verão de 1974, Mobutu tinha-se apropriado, por antecipação, da estratégia que viria a ser seguida pelo Ocidente e que facultava à FNLA um acesso privilegiado a fontes de apoio Ocidental ⁽⁴⁾. Isto era uma consequência inevitável do facto de se agir em Angola por intermédio do Zaire. Através dos anos, a FNLA tinha-se transformado em pouco mais do que a extensão das forças armadas do próprio Mobutu, de resto tal como Holden Roberto, o seu líder, um homem ligado a Mobutu por laços familiares e cheio de obrigações para com ele por muitos favores recebidos no passado. Finalmente, o Zaire desempenhou um papel preponderante no quadro geral dentro do qual o governo de Nixon, de modo a organizar as suas relações externas, teve que procurar uma «influência regional», projectada nos mesmos moldes do que foi feito com o Irão naquele mesmo período.

Um dos principais resultados de todas estas circunstâncias seria o empenhamento directo e sério que a alta classe política americana viria finalmente a dedicar ao que estava a acontecer na África central. Em grande parte, tratava-se de uma resultante das medidas directas que a União Soviética estava a tomar para neutralizar as tentativas manifestas do Zaire para excluir o MPLA e Agostinho Neto dos frutos da vitória pela qual, com o apoio soviético, se tinham batido ao longo de vinte anos. Mas, como vimos, neste momento, os Estados Unidos, na sua relação com África, encontravam-se já prisioneiros de um conjunto de alianças e de suposições de que lhes era difícil escapar, podendo, quando muito, perceber erros passados. A atenção dedicada por Washington ao apoio comunista ao MPLA servia apenas para encobrir o facto de que as raízes desse apoio se encontravam nas acções em que indirectamente os próprios Estados Unidos se tinham envolvido e nas que, directamente, depois de Janeiro, a C.I.A. reactivou com a sua ligação a Holden Roberto, através do seu cliente — o Zaire.

A dimensão africana foi praticamente alheia a todo este processo. Como explicaria mais tarde Helmut Sonnenfeldt (1976), consultor do Departamento de Estado norte-americano e o mais próximo conselheiro de Kissinger para os assuntos soviéticos, «os Estados Unidos não tinham propriamente nenhum interesse intrínseco em Angola» mas, acrescenta, «sempre que uma região

⁽⁴⁾ Para uma leitura em profundidade sobre a filosofia estratégica do Zaire, acerca de Angola neste período, Adelman (1975).

por mais longínqua e desinteressante para nós se torne um ponto nevrálgico para os soviéticos, e, neste caso particular, dada a acção militar cubana apoiada pelos soviéticos, os Estados Unidos assumem um interesse que não podemos simplesmente ignorar».

A preocupação com as intenções soviéticas, portanto, sobrepunha-se às advertências que chegavam até Washington vindas de, entre outros, o Cônsul americano em Luanda, um gabinete especial de serviços de informação, dois Sub-secretários de Estado para os assuntos africanos, especialistas africanos, aliás altamente considerados, como Joe Marcum e Gerald Bender e o Senador Dick Clark, do Congresso norte-americano. Todos argumentavam que se a estratégia da criação de uma base política ampla com o objectivo de conciliar todas as facções em confronto em Angola não fosse substituída por um programa em que algumas fossem favorecidas em detrimento de outras, os Estados Unidos deparar-se-iam com crescentes exigências sem qualquer garantia de sucesso. Por outras palavras, estariam destinados fatalmente a ajudar a criar uma situação em que a resolução do conflito se encontraria apenas por via militar, estando os Estados Unidos desprevenidos e incapacitados para apoiar aquelas forças que eles próprios tinham instigado ao conflito.

Os Estados Unidos não mostraram em momento algum, ou só o fizeram tarde demais, qualquer preocupação séria sobre o que envolveria uma solução puramente militar para a crise angolana. Tal era a crença na velha e confortável fórmula de que clandestinidade, mercenários e dinheiro funcionariam ainda como outrora. Quando se tornou claro que tal não seria mais suficiente, o único poder alternativo, com capacidade e vontade de intervir, era a África do Sul. Mas a intervenção sul-africana era a última coisa que o Ocidente ou mesmo os nacionalistas anti-MPLA teriam desejado ver concretizada. A súbita intervenção da África do Sul enfraqueceu a credibilidade dos grupos pró-ocidentais no conjunto da opinião africana, acumulou as dúvidas que vários Estados africanos, particularmente a Nigéria, tinham sobre o MPLA e seus aliados e transformou a assistência (em grande escala) prestada por soviéticos e cubanos a Agostinho Neto numa questão decisiva.

Os Estados Unidos deveriam ter-se lembrado de que os soviéticos que não têm memória curta e tinham razões especiais para estarem sensíveis ao papel do Zaire nas crises angolanas. O Zaire tinha sido o cenário da humilhação soviética durante o início dos anos sessenta. Tinha sido, precisamente, por causa das infelizes experiências soviéticas em lugares como o antigo

Congo belga que a União Soviética embarcou num tremendo desenvolvimento de capacidade de apoio a longa distância para impedir a reincidência de tal humilhação. Os soviéticos, que só tinham podido dar a Lumumba dezasseis aviões de transporte e alguns camiões em 1960, puderam fornecer, em 1975, a Agostinho Neto, duzentos milhões de dólares em assistência militar por mar e ar, estabelecer uma ponte aérea com quarenta e seis vôos de médio e pesado transporte soviético, e de transportar, por via aérea nos IL-62, de fabrico soviético, grande parte dos onze mil soldados cubanos enviados para Angola naquele período ⁽⁵⁾.

CONCLUSÃO

A história posterior da guerra civil angolana é demasiadamente conhecida para necessitar mais um relato. É irónico, porém, que aqueles que falavam mais de «vinculações», ou seja Henry Kissinger e os sul-africanos, tenham sido os que, de facto, menos preparados estavam durante os acontecimentos em constantes mutação como a dos meses críticos de Abril de 1974 a Dezembro de 1975, para responder à crise surgida do súbito e inesperado colapso do domínio português em África.

Os sul-africanos tinham falado, incessantemente, da «ameaça comunista» na África Austral, mas encontravam-se completamente desprevenidos perante a efectiva intervenção das tropas de combate cubanas com armamento e apoio logístico soviéticos. Kissinger parece nunca ter pensado nas consequências de uma expansão do conflito em Angola, da mesma forma que interpretou mal a reacção do Congresso norte-americano a uma interferência clandestina displicente, supostamente de baixo custo e risco, apesar da clara evidência do contrário.

Obviamente, a cristalização das interrelações de longa data durante o período altamente flexível da própria descolonização — o ressurgimento de alianças desacreditadas (como aquela entre Holden Roberto e o Serviço de Inteligência norte-americano), por um lado, e a garantia de antigas vinculações (como a rápida aproximação de Agostinho Neto com os soviéticos), por outro —, não são, de forma alguma, abrangentes de tudo o que há a considerar na história da transferência de poder nos antigos

⁽⁵⁾ A literatura sobre esta matéria é já vasta. Uma das mais equilibradas análises pode encontrar-se em Legum (1981). A este propósito veja-se também Heimer (1980).

territórios do Império Português em África. Mas é um elemento que precisa ser inserido no debate actual entre «regionalistas» e «geo-políticos» de forma a tentar reintegrar num debate mais amplo a importância da cronologia — a importância da precisão do momento —, como também o elemento das relações luso-africanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adelman, Kenneth (1975), «Report from Angola», *Foreign Affairs*, 53, 3, 559-574;
- and Bender, Gerald (1978), «Conflict in Southern Africa: A Debate», *International Security*, 3, 2.
- Belliveau, Nancy (1977), *Institutional Investor*, March, 23-28.
- Bender, Gerald (1978), *Angola under the Portuguese: The Myth and the Reality*, Berkeley e Los Angeles.
- Boxer, Charles (1963), *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*, Oxford.
- Figueiredo, António de (1984), in Maxwell, Kenneth (org.), *Portugal: Ten Years after the Revolution*, New York.
- Freyre, Gilberto (1940), *O Mundo que o Português Criou*, Rio de Janeiro.
- Heimer, Franz Wilhelm (1980), *O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976*, Lisboa.
- International Institute for Strategic Studies (1975), *The Military Balance, 1974*, London.
- Isaacman, Allen F. (1980), *The Tradition of Resistance in Mozambique: Anti-Colonial Activity in the Zambezi Valley, 1850-1921*, Berkeley and Los Angeles.
- Jaster, Robert S. (1980), *South Africa's Narrowing Security Options*, London.
- Kennan, George F. (1967), *Memoirs, 1926-1950*, Boston.
- Legum, Colin (org.), (1974-75), *African Contemporary Record*, New York.
- (1975-76), *African Contemporary Record*, New York.
- (1981), in Kaplan, Stephan (1981), *Diplomacy of Power: Soviet Armed Forces as a Political Instrument*, Washington.
- Mahoney, Richard (1982), *Kennedy's Ordeal over Africa*, New York.
- Nogueira, Franco (1979), *Diálogos Interditos: A Política Externa Portuguesa e a Guerra de África*, Lisboa.
- Sonnefeldt, Helmut (1976), «American-Soviet Relations: Informal Remarks», *Parameters Journal of the U. S. Army College*, 6, 1.
- United States Arms Control and Disarmament Agency (1978), *World Military Expenditures and Arms Control*, Pub. 98, Washington.
- United States Congress House (1974), Foreign Committee, Subcommittee on Africa (1974), *Review of State Department Trip through Southern and Central Africa*, (relato), 93.º Congresso, Washington.

- United States National Security Council Interdepartmental Group on Africa (1969), *Study in Response to National Security Study (Memorandum 39): South Africa*, Sec. AF/NSDG, 69-8, Washington.
- Vail, Leroy and White, Landeg (1980), *Capitalism and Colonialism in Mozambique*, Minneapolis.
- Yours, Crawford (1978), «Zaire: The Unending Crisis», *Foreign Affairs*, 169-185.